

Limparviva

Nº 192 20/08/92

XOÔ!



**Lula e Roberto Freire
apostam na mobilização
para tirar Collor**

Pag. central

**V ENEL aponta os
eixos da Campanha
Salarial**

Pag. 3

**Editorial exige
demissão de Sidney
Pacheco**

Pag. 2

**Assembléia Estadual
da Celesc foi sucesso**

Pag. 7

**Lobão comemora dez
anode de carreira em
Floripa**

contracapa



Preto é verde-amarelo

Disse o pensador Hegel, em um rompante de mau humor, que "o povo é aquela parte do Estado que ninguém sabe o que quer". Ele pode até estar certo, mas este povo quando descobre o que quer ninguém segura. E ao que parece o povo brasileiro já sabe o que quer: Collor longe do Planalto.

O domingo passado foi enfeitado por uma unanimidade preta, recheada de uma alegria nada semelhante ao luto da indumentária, das bandeiras, dos rostos pintados. Uma alegria como a dos milhares de jovens paulistas que desfilaram pelas ruas cantando, não por acaso, *Alegria, Alegria* de Caetano Veloso. Um protesto e uma redescoberta.

O protesto óbvio contra o lamaçal desvendado pela CPI, que reúne o presidente a especuladores, contrabandistas, quadrilhas, dinheiro sujo, extorsão, fraudes bancárias, falsificações, falsidade ideológica. A redescoberta da energia de um povo que havia esquecido o que queria, e o que podia.

Praticamente ninguém aderiu ao apelo do presidente para que usassem verde-amarelo. Muitos até ironizaram. Delfim Neto, por exemplo, brincou dizendo que usaria cueca amarela. Da maioria dos brasileiros

destoaram apenas os membros do "esquadrão da morte colridor", e assim mesmo com vozes patéticas e servis como a de Amílcar Gazaniga que disse desconhecer o apelo verde e amarelo, mas garantiu que, se o presidente pediu iria cumprir o que ele mandou.

Não há como deixar de lembrar o clima da campanha das Diretas Já. Quem saiu às ruas no domingo sabe do que se fala. Da emoção que recompõe a razão e costura nexos políticos em um apelo a que todos façam alguma coisa. A emoção que subverteu o sentido comum do luto em luta. Foi assim que o preto virou o mais autêntico verde-amarelo, que afinal não basta um discurso para que Collor resgate para si as cores da bandeira para transformá-las em sinônimo de convivência e corrupção.

Mas está chegando a hora. Dia 25 será apresentado o relatório da CPI, certamente pedindo o impeachment. Aí começa outra luta, a batalha contra o fisiologismo. Este embate terá de um lado o dinheiro público para a compra de votos de parlamentares, de outro a pressão popular para impedir a manobra fisiológica pilotada por Antônio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen.

Em 25 de abril de 1984 faltaram 22 votos para aprovar as Diretas Já no Congresso. E houve muita pressão. Agora começam a aparecer fatos pelo menos estranhos: nos dez primeiros dias de agosto Collor outorgou 18 concessões de rádio e televisão, justamente o instrumento usado por Sarney para garantir o seu mandato de cinco anos.

Sem a pressão popular Collor vai ficar. E os brasileiros vamos ter que engolir uma quadrilha a nos governar. Por isso, nada justifica a apatia, a descrença, o desânimo. Domingo eram milares, daqui para frente será muito mais.

Derrubar Collor é o início de uma empreitada que só terá fim quando toda a política neoliberal for derrubada, quando as estratégias para a superação da crise econômica contemplarem as necessidades da maioria do povo.

Mas por enquanto, temos é que estar atentos, nas ruas, pintados com a cor do protesto, pressionando o Congresso. Temos que mostrar para nós mesmos que este povo sabe o que quer. Afinal de contas, "quem sabe onde quer chegar escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar".

Pacheco é risco para a segurança pública

Nada pode ser analisado isoladamente. Que ligação têm, então, o espancamento de trabalhadores durante a última greve geral, a pancadaria contra aposentados na ponte Pedro Ivo, os frequentes ataques desumanos contra sem-terras e a recente morte do jovem Murilo Luis, o Montanha. A Polícia Militar de Santa Catarina protagonizou todos estes episódios durante a gestão do secretário de Segurança Pública Sidney Pacheco.

Não são fatos isolados nem meras coincidências. A truculência tem sido uma característica desta polícia e deste secretário tão violento quanto os mal remunerados soldados que executam as suas ordens.

A destituição de Pacheco e do comandante-geral da PM, Paulo Roberto Fagundes de Freitas é uma questão de segurança pública. Como conviver com uma polícia que atira covardemente contra jovens que se divertem

em um bar? Como aceitar uma polícia que impõe maus-tratos a mulheres e crianças em acampamentos de agricultores?

Pacheco e Fagundes de Freitas conseguiram aglutinar a unanimidade contra si. A própria Assembleia Legislativa aprovou um pedido de exoneração dos dois por unanimidade. Toda a população do estado se reúne em protestos contra a morte de Murilo, na verdade contra a truculência da PM.

Amigos de Murilo e entidades da sociedade civil (associações de moradores, centrais sindicais, etc...) estão convocando uma manifestação para sexta-feira às 17h em frente do bar Barulho Urbano, onde Murilo foi assassinado (Av. Rio Branco). De lá sairá uma passeata que irá até a Catedral Metropolitana, onde será rezada missa de sétimo dia. A sugestão é de que todos usem roupas brancas com tarjas pretas.



Agenda da violência da PM de SC

- Florianópolis, 15/03/91. Posse do governo Kleinubing e nomeação de Sidney Pacheco para a Secretaria de Segurança Pública.

- Florianópolis, 22/05/91. Espancamento e prisões dos manifestantes contra o Plano Collor durante a greve geral, com a presença de Sidney Pacheco.

- Abelardo Luz, julho de 91. Assassinato de Vilmar Brizola, agricultor. Até hoje não foram apurados os responsáveis.

- Garuva, 23/10/91. Cerca de 300 policiais promovem o despejo dos sem-terra com extrema violência, resultando 11 prisões, 2 feridos com traumatismo craniano e tortura em crianças do acampamento.

- Florianópolis, 28/01/92. Espancamento de aposentados de Criciúma quando cerca de 400 deles realizavam manifestação pelos 147% de reajuste na Ponte Pedro Ivo.

- Criciúma, 25/04/92. Morre José dos Passos Pereira, no hospital São João Batista, vítima de tortura no presídio de Criciúma.

- Campos Novos, 24/07/92. Cerca de 1.100 soldados da PM invadem acampamento dos sem-terra e promovem despejo, saque de alimentos, roubo de dinheiro e bens, tortura de crianças, prisão de 5 trabalhadores e ferimentos a bala em dois trabalhadores.

- Chapecó, 05/08/92. Agricultores são espancados na agência do Besc em Chapecó durante manifestação contra o não cumprimento do acordo de troca de sementes pelo governo.

- Coronel Freitas, 05/08/92. PM realiza blitz nos ônibus das delegações que retornavam do ato de protesto em Chapecó, submete os agricultores a torturas psicológicas, realiza 5 prisões, e recolhe pertences pessoais dos agricultores, como canivetes e facas de mesa utilizados para descascar frutas.

- Abelardo Luz, 08/08/92. Cerca de 300 soldados invadem o acampamento dos sem-terra, jogam bombas de gás, detonam tiros de revólver, prendem sete trabalhadores e ferem outros dois a bala.

- Quilombo, 14/08/92. A polícia faz blitz nas vias de acesso à cidade, passa revista nos trabalhadores rurais que se dirigiam para uma assembleia do Sindicato, recolhem ferramentas de trabalho e utensílios pessoais dos trabalhadores, numa clara tentativa de intimidação e de intervenção na liberdade de organização.

- Florianópolis, 15/08/92. PM mata Murilo Luiz, 23 anos, segurança do bar Barulho Urbano, além de disparar tiros e agredir a cassetadas e coronhadas outros frequentadores do bar, na maioria jovens, que se divertiam ali.

V ENEL prepara campanha

Os mais de 170 delegados presentes ao V Encontro Nacional dos Eletricitários, que aconteceu entre 15 e 17 de agosto, em Lusiânia, Brasília, ficaram surpresos com o projeto que está em fase final de tramitação no Congresso Nacional e que revisa a forma das concessões dos serviços públicos. O projeto, na forma como se encontra, permite o "loteamento político" destes serviços. Ele dá condições ao governo federal de usar as concessões (muitas delas já vencidas ou para vencer em breve) como moeda de troca pelo apoio político. O próprio Secretário Nacional de Energia, Armando Araújo, declarou: "estamos defendendo a ruptura das atuais concessões e em especial das estaduais".

Por isto, paralelamente à discussão sobre a campanha salarial deste ano (reposição, demissões e terceirização clientelista) os representantes

das 46 entidades nacionais de eletricitários presentes ao Enel julgaram também importante a luta contra mais esta investida do governo. Assim, o último dia do Enel foi realizado no Congresso Nacional e contou com a participação de muitos parlamentares.

A presença mais importante foi a do senador Maurício Correa (PDT-DF). Além de ser vice-presidente da CPI do PC Farias ele é o relator do projeto de concessões dos serviços públicos. A excelente acolhida do senador às posições dos eletricitários se traduziu no seu compromisso de não tomar nenhuma atitude sem antes consultar o Comando Nacional dos Eletricitários. Ele concorda que, se aprovado como está, o projeto será danoso ao setor e à população. Ficou marcada ainda uma reunião com o CNE para 27 de agosto, quando ele irá discutir com os eletricitários o projeto de concessões.



O momento político foi outro assunto conversado com o senador Correa. Segundo ele, as informações levantadas pela CPI "são mais graves que o noticiado". Sua posição pessoal, independente da orientação partidária, será pelo impedimento. Ele convocou os eletricitários a participarem, dia 26 de agosto, do Ato de Vigília Civil, que vai aguardar a entrega naquele dia do relatório final da CPI.

CAMPANHA SALARIAL

Além da grande representatividade, o V Enel surpreendeu pelo exce-

lente nível dos debates e pela renovação de delegados. O eixo da luta deste ano ficou assim: Não à Privatização; Política Salarial com Reajustes Mensais e; Garantia de Emprego.

Um balanço do último ano de atuação do CNE, destacou a sua importância na abertura de canais políticos a nível nacional. Foi proposta ainda uma reestruturação do comando. A Executiva do CNE será composta a partir de agora por um representante de cada Intersindical, um representante da Federa-

ção dos Urbanitários, um representante do Departamento de Urbanitários da CUT, e um representante por sindicato de empresa federal, de caráter não regional (Itaipú, Ligth e Escelsa).

Os pontos principais da pauta nacional aprovada no Enel são: Piso salarial (não inferior ao Salário Mínimo do Dieese); Correção salarial (aplicação de 100% da variação do ICV do Dieese); Produtividade; Abono por perda da massa salarial; Reajustes mensais; Revisão das punições.

Perdas chegam a 147%

Em relação à campanha salarial, o principal problema dos eletricitários este ano foi a Lei Salarial, porque as empresas se negaram a estabelecer uma política salarial compatível com os níveis inflacionários. Assim a questão econômica central da próxima campanha salarial será a reivindicação de uma política de reajustes mensais de salários. Segundo o Dieese, num processo inflacionário como o que vivemos, o único mecanismo que garante o não

achatamento dos salários é um reajuste mensal baseado na inflação do mês do salário a ser recebido, acompanhando assim a elevação de preços.

A reposição das perdas na data base é outra questão importante, segundo o técnico do Dieese, Clóvis Scherer. "Isto porque a lei salarial repõe as perdas do último quadrimestre apenas para os salários até três mínimos. Embora as empresas estejam concedendo reajustes além da lei para os salários su-

periores, eles não reparam as perdas. Por outro lado, o desempenho do setor elétrico permitirá a reposição. Primeiro, porque, apesar da recessão, houve crescimento na venda de energia e, segundo, porque a política tarifária é de elevação dos preços cobrados ao consumidor e que significou um crescimento nas receitas das empresas. Por tudo isso é perfeitamente compatível a recuperação das perdas na data base".

Outra cláusula importante é sobre o piso salarial para o grupo Eletrobrás. O setor não tem um piso assegurado em acordo, apenas o Plano de Cargos e Salários. Existem grandes disparidades entre os menores salários pagos nas várias empresas do grupo. Por exemplo, o salário mais baixo na Chesf é de Cr\$ 945 mil, enquanto na Cepel o menor é de Cr\$ 1.727 mil. O que está sendo reivindicado é o salário mínimo do

Dieese que em agosto foi de Cr\$ 1.689 mil.

Também está sendo pedido aumento real de salários, a título de produtividade, com índices correspondentes ao consumo de energia no último período. Scherer explica que "assim os trabalhadores também participarão do aumento de produtividade do setor. Nos últimos dois anos o consumo de energia cresceu no país 8,76%".

O povo derruba Collor

Que Collor está envolvido eles, assim como milhões de brasileiros, não têm dúvidas. O maior problema agora é vencer a batalha contra o fisiologismo e conseguir os 2/3 do Congresso que decretariam o impeachment de Collor. O principal ingrediente da mistura tem que ser a mobilização popular, que eles acreditam que pode deslanchar com a divulgação do relatório da CPI. Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores e Roberto Freire, presidente do Partido Popular Socialista estiveram em Florianópolis e falaram para o Núcleo Organizado de Imprensa Sindical - NOIS.

Existem condições para se concretizar o impeachment?

Lula - Existem dois momentos. O primeiro é o momento em que o Congresso vai aceitar a discussão do impeachment do presidente, quanto a isso não tenho a menor dúvida. O segundo momento é se nós vamos ou não criar uma maioria para votar o pedido de impeachment. Aí começa o jogo de forças, onde vale tanto o jogo das negociações políticas, do ponto de vista suprapartidário, como vale a pressão popular. Se a gente vai conseguir essa maioria, eu realmente não sei dizer. Acho que temos condições de conseguí-la, ora negociando politicamente, ora pressionando com o movimento popular.

O governo está distribuindo verbas, dando concessões de rádio e TV. Como você avalia a corrida fisiológica que está acontecendo?

Lula - Não é apenas distribuição de canais de rádio e televisão, algumas até podem ser corretas, mas sobretudo a utilização da chamada máquina administrativa, ou seja, o dinheiro do Banco do Brasil, o dinheiro da Caixa Federal, as facilidades de crédito. Essa é uma forma de política do "é dando que se recebe", que passa também por facilitar a ajuda nas eleições. É uma cultura na política brasileira que nós precisamos derrotar se quisermos melhorar o país.

Você não teme que o PT seja chamado de revanchista por botar o povo na rua?

Lula - De maneira nenhuma, muito pelo contrário. Acho que o PT está cumprindo um papel extraordinário ao chamar a sociedade brasileira a se indignar com a corrupção e a safadeza que está instalada no país.

Como você avalia o trabalho que estão sendo feitos pela Procu-

radoria Geral da República e pela Polícia Federal?

Lula - São dois trabalhos interessantes. Acho que o Aristides Junqueira tem um papel importante na hora em que o processo for para o Ministério Público. Acho que a Polícia Federal também está tendo um papel importante na apuração dos fatos. Como são investigações sigilosas, que a gente não tem acesso, não se sabe qual o subproduto disso, mas espero que eles sejam pelo menos dignos da confiança do povo brasileiro.

Os escândalos podem favorecer a oposição nas eleições municipais?

Lula - Pode favorecer se as oposições souberem trabalhar. O que está acontecendo de concreto é que em função de toda essa podridão política o povo está desanimado. Está com o freio de mão puxado. Nós vamos ter que ter muita competência para mexer com o povo e para despertar nele a vontade de participar.

O Collor está falando de uma central única dos conspiradores...

Lula - Isso é uma bobagem. O Collor deve estar vendo muito filme de ficção na Casa da Dinda, ou filme de terror. Ele está delirando.

Como estão as articulações entre os partidos para puxar a campanha do impeachment?

Lula - Na semana passada estive em uma reunião com o Quéricia acertamos que depois da apresentação do relatório da CPI vamos começar a convocar manifestações de rua para pressionarmos a votação, ou seja, garantir a votação.

E o governador Brizola?

Lula - Temos interesse em procurar o Brizola para conversar, mas só depois do relatório da CPI. Eu acho estranha a posição dele. Teoricamente o Brizola diz uma coisa e faz outra, porque ele diz de um

lado: "eu quero apurar a verdade". Nós também queremos apurar a verdade. Ninguém quer fazer alguma coisa sem apurar a verdade. Eu custou a compreender. O PDT é um partido que tem uma boa base, eu sinto que o PDT tem muita gente frustrada. Eu espero que o partido discuta isso e espero que na hora que houver o relatório o Brizola venha participar junto com aqueles que querem votar o impeachment.

Você falou em apatia da população. Você acredita que o relatório incriminando o presidente possa ser um ponto de partida para uma mobilização ampla?

Lula - Eu acredito que tanto o resultado da CPI quanto a possibilidade de discutir isso na Câmara aumenta a possibilidade de participação do povo. Porque até agora, vamos ser francos, o povo não tem o que pressionar. A partir do momento que houver uma conclusão da CPI, o povo vai perceber que a coisa não vai terminar em pizza, que ninguém está brincando com isso. Eu acho que aí o povo vai começar a se interessar. Quando começar o debate na Câmara o povo vai pressionar muito mais.

Como você vê a reação do povo com relação à corrupção existente no país?

Lula - Eu acho que existe uma certa convivência com a cultura da corrupção no país. Há uma história de levar vantagem em tudo que ainda pega, se não na maioria, numa grande parte. Eu fiquei muito desencantado quando assisti no programa *Você Decide*, da Globo, a história do cara que achou uma pasta com dinheiro e o povo decidiu que o cara não deveria entregar a pasta. Isso é um absurdo. Aquilo demonstra que o nível de miséria é tanto que vai levando as pessoas a acharem essas coisas normais.



Freire garante que impeachment não pode ser bandeira só da oposição



Lula condena a política do "é dando que se recebe"

O impeachment é uma possibilidade concreta?

Freire - O Impeachment exige que se tenha 2/3 dos votos para se iniciar o processo por crime de responsabilidade, e depois se for pela punição, se for no caso o afastamento do presidente. Isso caracteriza que é uma decisão que envolve política, não se trata de absolver ou condenar o presidente por ato de corrupção. Eu acredito que no Brasil dificilmente haja um cidadão que acredite que o presidente não está envolvido em toda esta bandalheira, talvez os mais ingênuos acreditem que ele se omitiu ou foi iludido, mas ninguém acredita na baboseira da conexão uruguaia. Ele teve depósitos na sua conta particular que partiram de "fantasmas", e em recursos superiores a sua capacidade financeira e econômica. Recursos que não sabemos a sua origem. Por si só isso já demonstra falta de compostura e decoro de qualquer pessoa, muito mais do presidente da república. agora, daí a se ter a capacidade de que ele poderá ser processado e sofre o impeachment é difícil avaliar, porque enquanto existir governo não haverá impeachment. Enquanto houver governabilidade ele tem condições de se manter.

E existe esta condição de governabilidade hoje?

Freire - Hoje existe. O empresariado ainda sustenta a política de Marfílio. O Sr. Jatene de qualquer forma ainda é figura que dá credibilidade, assim como Célio Borja. Você tem ministros que ainda dão sustentação. Se ainda estivessem ministros o Alcení Guerra, o Magri, a Margarida Procópio e tantos outros, muito provavelmente ele não teria condições de se sustentar no governo.

E a opinião pública?

Freire - Há um movimento de mobilização e indignação nacional, mas ainda há uma parte do governo que garante, até aritmeticamente, a sustentação do mandato. Por isso eu acho que se nós tivéssemos agora a votação do impeachment nós não conseguiríamos os 2/3.

Dizem que a CPI abriu precedentes com relação a investigações de contas bancárias que poderiam ser perigosas.

Freire - Eu defendo a tese de que todas as falcatruas deveriam ser apuradas no país. Se isso não é possível, pelo menos temos que ir fundo no que é possível. É aí o Congresso está tendo um papel importante, pois ele não está só na CPI do PC, está na CPI da VASP que vai dar na do PP. E deve surgir a CPI da NEC. Ou seja, não é por falta de CPI que vamos deixar de apurar falcatruas. A sociedade brasileira descobriu o poder que o Congresso Nacional tem, e o próprio Congresso se descobriu. Agora, também eu sempre vou afirmar que a CPI não vai punir ninguém, pois isso não é sua função. No Brasil, como em qualquer regime

democrático, há separação de poderes, quem pune é o Judiciário a CPI apura. Se houver comprovação do ilícito ela encaminha para o Ministério Público e para o Judiciário. A CPI se encerra com o relatório que pode indicar se houve crime ou ilícito e quem são as pessoas envolvidas. Aí termina o poder da CPI. A partir da CPI pode haver uma alteração na elaboração legislativa, por exemplo, sobre os crimes de colarinho branco, numa nova lei de financiamento de partidos políticos. O que a CPI pode ensinar ao Congresso é a melhor elaboração legislativa. No caso do presidente da república, não cabe a CPI apurar, porque ela não tem competência para isso, o único poder que pode apurar atos do presidente é o Senado, no caso de crime de responsabilidade, e o Supremo Tribunal Federal, no caso de crime comum.

Como o senhor vê a atuação da oposição na luta pelo impeachment?

Freire - Impeachment não pode ser bandeira da oposição. Enquanto for limitado à oposição ele não vai acontecer. Porque enquanto existir governabilidade Collor se sustenta. Só há impeachment quando acabar o governo, quando as próprias forças políticas que deram sustentação reconhecerem que não há condições de haver continuidade administrativa, que o governo chegou a um ponto de descrédito que não pode continuar.

O senhor é a favor da renúncia de Collor?

Freire - Dentro do meu julgamento ele nunca deveria ter chegado a presidência, pois aquela história de caçador de marajás nós sempre apontamos como demagogia, coisa de uma gang que já existia em Alagoas e quando chegou na presidência perdeu os limites, achou que tinha tirado a sorte grande. Agora, renúncia é uma coisa que não depende de mim, depende dele. Eu posso lutar pelo impeachment, que é o que está ao meu alcance. Renúncia eu não peço.

Como entra nesta história a mobilização popular?

Freire - Mobilização num processo recessivo é difícil até na luta econômica. A crise recessiva desmobiliza, não há emprego, há perda de valores cívicos, há descrédito. Isso é um ensinamento dos clássicos do marxismo. Não esta sendo fácil mobilizar pelo impeachment, e há alguns equívocos nesta mobilização. não pode ser colocado como algo da oposição, com visão estreita. Quando se integram a esta mobilização os movimentos pela ética na política, lideranças conservadoras liberais, não há o entusiasmo pela adesão que deveria haver, eles não são recebidos como deveriam, as vezes são até vaiados. Tem setores na oposição que não entendem que esta mobilização tem que ser a mais ampla possível, tem que envolver todos os cidadãos que prezam pela ética e pela moral, que são valores que não são privilégio da esquerda.

ALTA TENSÃO



Convocação urgente na Fundação Celos

Os conselheiros da Fundação Celos eleitos pelos empregados, João Paulo de Souza e Aramis Novas, solicitaram ao presidente da entidade, Paulo Roberto de Miranda Gomes, a convocação, com a máxima urgência, de uma reunião do Conselho de Curadores para tratar da periodicidade de reajustes da complementação de proventos dos aposentados. O Conselho, que já estudou várias alternativas de correção, entregou ao autuário estas propostas. Mas o autuário está demorando muito a dar sua opinião e portanto os conselheiros querem a reunião, acabando assim com a apreensão entre os aposentados.

Blumenau sediará seminário de energia

Acontece em setembro, em Blumenau, o XI Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, que debaterá questões associadas ao assunto. O seminário é realizado a cada quatro anos, em lugares diferentes do Brasil. A grande discussão deste seminário será sobre a escassez de recursos e as alternativas para viabilizar as prioridades do setor. Quem coordenará o XI SEN-DI será a Celesc que está organizando também a Expo-Sendi, espaço aberto às novidades em termos de equipamentos e serviços para o setor.

Reforma continua na Eletrosul

Deu no boletim *Ligação Direta* do Senergisul, que o presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga mandou o pessoal que trabalha no escritório do Rio Grande do Sul, "pegar suas marmitas e se mandar para Jacuí". A transferência assim anunciada pelo presidente daquela empresa para a

Usina de Jacuí I está sendo contestada pelo Senergisul. "Além da total falta de consideração o senhor Gazaniga dá provas suficientes do uso irregular do dinheiro público. Com esta manobra a Eletrosul irá assumir os custos do transporte especial, pagamento de horário itinere, sem contar despesas com as novas instalações. Tudo isto por um período que poderá durar apenas quatro meses. É que a Fundação Elos comprou um novo prédio, em dezembro de 91, para uso exclusivo da Eletrosul, na capital gaúcha." O sindicato pergunta: ou será que a Elos irá arcar com mais um prejuízo, ficando sem receber aluguel com um edifício vazio à disposição?"

Justiça pune Eletrosul

Dois anos após a greve de 31 dias na Eletrosul a Justiça da cidade gaúcha de Erechim, por unanimidade, julgou procedente a ação movida pelos operadores da usina de Entre Rios do Sul, que pediam a anulação das punições recebidas durante aquela greve. Onze funcionários serão indenizados com o pagamento de 10 dias de salário e terão as anotações punitivas em suas fichas de empregado anuladas.

Sindicato denuncia contrato de Kleinubing

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual está acusando o governo de Santa Catarina de assinar um contrato desnecessário e sem concorrência pública no valor de Cr\$ 146 milhões e 510 mil, com o escritório Zimmermann Slovinski & Kravchyn Advogados Associados. O contrato era para representar o governo nas negociações coletivas de trabalho com as estatais Casan, Epagri, Cidasc, Ciasc, Codesc, Cohab/SC, Ceasa/SC, Santur e Cepa. Todas elas têm data base em maio e até hoje quem defendia o governo eram as assessorias jurídicas destas empresas e a própria Procuradoria-Geral, que mantém 27 procuradores.

Reintegrações na Celesc em Lages

No dia 17 de agosto foram reintegrados 13 funcionários da Celesc, antigos empregados das cooperativas de eletrificação rural, que haviam sido demitidos em janeiro. A Celesc, além da reintegração, terá que pagar os salários dos empregados desde a demissão e também 15% dos honorários advocatícios. Os reintegrados são Rui Arruda Jr, Aldo Correia Ramos, Romário Rodrigues, Evaldo Góis Pereira, Rosmar Maciel, Olavo Antunes de Oliveira, Terezinha Antunes, Helio Gianisella, Juarez Knithoff Santos, Augustinho Moreira, Maraci Guedes, Jocelito Reck e Soli Borges.

Mostra Eletricitária

Ficam abertas até 28/08 as inscrições para a 1ª Mostra Coletiva de Artes Plásticas que o Sinergia está promovendo, com apoio da Elase e Abecelasc. Várias pessoas já se inscreveram. Não deixe para a última hora.

TRIBUNA

livre

Enquanto Isto em Salto Osório

Mauro Guimarães Passos
Presidente do Sinergia

Enquanto a sociedade brasileira estarecida e indignada acompanha nos meios de comunicação o VALE TUDO do caso PC;

Enquanto a imprensa denuncia que o esquema PC desviou mais de 2 bilhões de dólares em menos de dois anos (só para dar uma idéia do tamanho do rombo, Ferdinand Marcos, das Filipinas, que foi derrubado pelo povo nas ruas, levou 30 anos para roubar dos filipinos 350 milhões de dólares);

Enquanto os estudantes com o rosto pintado, cantando músicas de protesto dos anos 60, fazem grandes manifestações de rua nas principais capitais do país, dando um exemplo de vida e nos enchendo de esperanças;

Enquanto, no domingo passado, o povo saiu vestido de preto representando luto e indignação;

Enquanto só se fala no fim da corrupção e no impeachment do Presidente Collor;

Enquanto, na Eletrosul, documentos da própria empresa apontam o caos administrativo e operacional, fruto de uma "reforma administrativa" inconsequente;

Enquanto, na Eletrosul, as obras de Itá, Jorge Lacerda IV, Jacuí e Conversora de Uruguaiânia estão literalmente paradas, representando mais de 1 bilhão de dólares gastos sem nenhum retorno;

Enquanto, na Eletrosul, uma simples ocorrência no sistema deixou a capital do Estado 5 horas no escuro;

Enquanto, na Eletrosul, a Procuradoria Geral da República abriu Inquérito Civil Público para apurar irregularidades no contrato de Jorge Lacerda IV e na compra de ações da SADE;

Enquanto isso, em Salto Osório, o corpo gerencial passou 8 dias de treinamento se adaptando à "nova" Eletrosul. Empresa que se auto-denomina modelo do setor elétrico.

Ninguém é contra treinamento, mas também o treinamento tem que estar dentro de um contexto. Até escolas mais conservadoras do país estão revendo seus métodos de ensino. É impossível transmitir alguma coisa séria e construtiva dissociada da realidade da vida e da fotografia das ruas.

Foi ótimo, declarou um dos participantes: "nos jogamos futebol, nós nos tocamos e até dançamos. Voltei outro homem. Me sinto liberado".

Dentro da crua e nua realidade da Eletrosul, não podemos deixar de perguntar a este gerente: liberado para que? Para continuar implantando o terror? Para continuar demitindo pais de família sem se sentir culpado? Liberado para aceitar, sem dramas de consciência, a intervenção de políticos nas listas de demissão?

Fazer estas perguntas e escrever este artigo não nos dá nenhum prazer. É um assunto denso e tenso. Embora sendo uma tarefa desgastante, é ao mesmo tempo necessária. Necessária para levantar a polêmica e provocar a reflexão em todos que estiveram em Salto Osório, despertando-os para a realidade dos dias e dos fatos que estamos vivendo.

Há cerca de cinco anos atrás, o corpo gerencial da Eletrosul colocou coletivamente o seu cargo à disposição por discordar dos métodos utilizados pelo então presidente Wilmar Dallanhol. Sem querer entrar no mérito de qual das duas administrações foi mais danosa para a empresa e seus empregados, os gerentes da Eletrosul, naquele momento e naquele contexto, avaliaram que era hora de dar um basta e com certeza não foi porque eles não foram a Salto Osório.

Mais de 700 aprovam pauta

Há muito tempo as assembleias estaduais da Celesc não eram tão animadas e concorridas, como foi a de sábado, dia 15, em Florianópolis. Isto tudo apesar do sacrifício de muitos que viajaram mais de 10 horas para participar do acontecimento. O pessoal de São Miguel do Oeste, por exemplo, saiu do trabalho na sexta-feira à noite di-

reto para o ônibus que os levaria à capital. Assim também foi com os empregados de Videira, Chapecó, Joaçaba. Muitos deles estavam preocupados porque domingo trabalhariam na distribuição ou operação e ansiavam por uma assembleia rápida, sem problemas para regressar logo às suas cidades.

Assim foi. O bom trabalho preliminar, que culminou nas assembleias regionais, permitiu uma unidade de pensamento entre os celesquianos que se traduziu numa assembleia vibrante e convergente. As discussões sobre a pauta, que será entregue à empresa no dia 20 de agosto, foram produtivas e agora, com um pensamento só

os trabalhadores esperam o início das negociações que está marcado para dia 10 de setembro.

A pauta aprovada pelas mais de 700 pessoas presentes na assembleia estadual contém 22 cláusulas, quatro econômicas, uma de alteração da data base e 14 sociais. Entre estas últimas estão cinco cláusulas vindas das assembleias regionais. A

que causou mais polêmica foi sobre o auxílio alimentação. A redação final desta cláusula ficou assim: A Celesc alterará a forma de pagamento do auxílio alimentação para o sistema de tickets refeição, mantendo-se este em 40% do valor de referência de benefícios

Conjuntura nacional discutida e satirizada durante a Assembleia

Antes da abertura das discussões para elaboração da pauta da campanha salarial 92/93 da Celesc foi apresentado um esquete teatral sobre as últimas "novidades" do caso PC-Collor, pelos diretores do Sinergia Dinivaldo Gilioli e Sandra Ouriques.

Depois o diretor do Sindicato dos Bancários,

Samuel Lima, fez uma rápida exposição sobre conjuntura nacional. Samuel contou que recentemente seu sindicato avaliou o marasmo daquela categoria em relação ao quadro político atual. Uma das conclusões que chegaram foi que a mobilização desta vez "virá de fora para dentro da categoria, da sociedade civil".



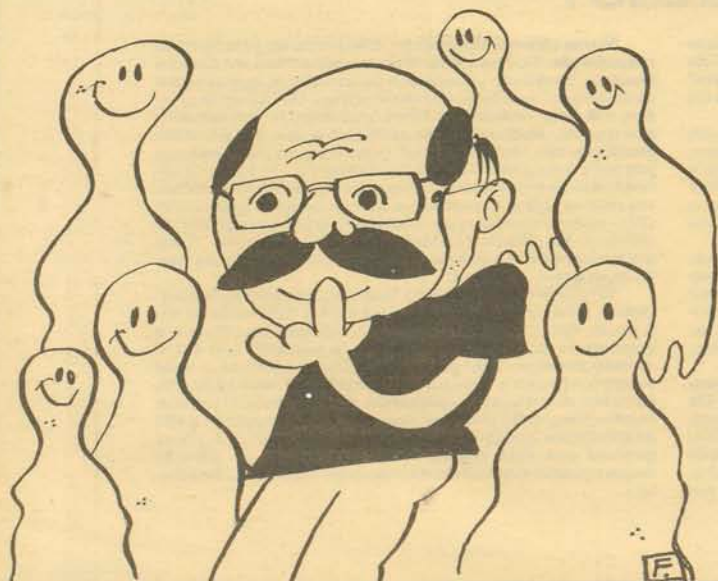
Trabalhadores viajaram até dez horas para participar da assembleia

Samuel Lima explicou também que o calendário de negociação da campanha dos bancários, este ano, está convergindo para o dia 26 de agosto. É que os patrões, explicou o sindicalista, estão querendo um acordo rápido, sem confrontos, para que tudo esteja resolvido antes que seja apresentado o relatório final da CPI do PC Farias. "Pela primeira vez nos propusemos estabilidade no emprego. Talvez isto aconteça também com vocês, eletricitários. A intenção deles é evitar qualquer possibilidade de mobilização como dos

bancários e petroleiros que têm data base em setembro e que sempre fizeram grandes campanhas nacionais. Eles estão com pressa. Estão apostando que com bons salários as pessoas se acomodarão e eles ficarão mais à vontade para usar suas máquinas. Esta fragilidade do governo nos dá chances de entrarmos nestas campanhas muito bem e conseguirmos grandes conquistas."

O sindicalista, que trabalha no Banco do Brasil, acredita que a grande pergunta que todos se devem fazer neste momento é "o que fazer?". Para

ele o grande problema que temos não é o de Collor ficar no poder. "Mas devemos nos perguntar se ele ficar o que isto vai significar? A que nível de desesperança, qual a influência que isto terá na cabeça de nossos filhos, qual a mensagem que fica para eles? Que vale tudo, que a ética do país vai ser a Lei do Gerson, que o roubo é permitido e a impunidade é um fato?" Para Samuel todos devem participar ativamente de todos atos "e quem sabe assim estaremos começando a escrever uma nova história no país."



DEZ ANOS DE CARREIRA

Lobão vem aí. Quem for até a Passarela do Samba no próximo dia 21 vai ter oportunidade de assistir ao show que comemora os 10 anos de carreira solo de um dos mais irreverentes e sarcásticos músicos brasileiros. Lobão espera repetir em Florianópolis o sucesso que o show vem alcançando em todo país. "Eu toco em Floripa desde o tempo da Blitz, de apresentações com a Marina, gosto do público, tenho uma relação legal com eles".

O show, explica Lobão, é uma compilação dos melhores momentos desses 10 anos desde o LP "Cena de Cinema", de 1992 - até "O Inferno é Fogo", de 1991. As músicas "Presidente Mauricinho" e "Revanche" voltaram ao repertório do compositor. Segundo Lobão essas músicas ficaram um tempo fora dos seus shows "porque eu achava até uma covardia ser tão incisivo". Mas agora tá na hora de falar alguma coisa e não ficar apenas reclamando, afirma.

Transformar a sua arte em algo mais produtivo, "não tão reclamão", é a meta depois desses 10 anos de trabalho. As críticas de que o lobo se transformou em carneirinho ele rebate afirmando que está revisando seus métodos de reivindicação para que o público entenda a mensagem de forma mais clara.

O fato de tocar para uma platéia mais específica - o show é promoção do Sindicato dos Bancários - é muito positivo para Lobão.

"São pessoas mais motivadas, com uma conscientização maior e isso cria uma empatia maior, um carinho maior, uma felicidade maior. Tocar para um público mais heterogêneo dilui a mensagem do show, e às vezes fica difícil".

Aos 34 anos de idade ele considera que ainda tem muito por fazer. Na música ele começou aos 4 anos de idade, tocando bateria, até os 13. Dos 13 aos 16 estudou violão, foi do clássico ao flamenco. Depois fez parceria com o Vimana (ao lado de Lulu Santos e o cantor Ritchie, tocou com Patrick Moraz; ex- Yes) e, em 1980, fundou o grupo Blitz com Evandro Mesquita. Logo após trabalhou com Lulu Santos e Gang 90 até gravar seu primeiro LP solo. Participou ainda do conjunto Lobão e seus Ronaldos e há anos é integrante da bateria da Estação Primeira de Mangueira.



O show em Florianópolis é uma promoção do Sindicato dos Bancários e da Zamparetti Produções e está incluído em uma série de atividades previstas para a Semana do Bancário. O show começa às 21h30min. Ingressos Cr\$ 15 mil para sindicalizados de todas categorias e Cr\$ 20 mil para público em geral (meia entrada).

Quem está com a razão?

**Paulo Sá Brito
Empregado da Celesc**

Ao ler o artigo do professor Sérgio Weigert no Linha Viva nº 191 - A Desrazão do Misticismo - fui impelido a respondê-lo. Não concordo com muitas das afirmações ali presentes e arrisco alguns comentários que considero importantes.

Os acontecimentos de Guaratuba, onde loucos vestidos em rituais satânicos mataram crianças para alcançar felicidade e fortuna pessoal, são extremamente chocantes. Repugnantes pela covardia do ato e repulsivo por afirmarem que se tratava de cerimonial de purificação, orientado pelo sobrenatural.

Mas, por outro lado, não situar o caso de Guaratuba como algo isolado, praticado por ignorantes, obscurecidos por seitas hediondas e, a partir daí, deduzir que todo misticismo deve ser combatido pela Razão, evitando que a humanidade seja atolada pela mediocridade e barbárie, no mínimo, um exagero.

Pelo fato dos irracionais de Guaratuba terem cometido tal selvageria, não se pode sair por aí pregando a caça às bruxas. Afirmar que na noite das magias todos os gatos são pardos, é jogar tudo na vala comum, indiferenciada. É o mesmo que condenar todos os médicos por causa das experiências assassinas de Joseph Mengele.

Se, no meio dos chamados místicos ou esotéricos, germinam estas podres criaturas, a culpa não é daqueles.

Assim como não é culpa dos cientistas que se desdobram em pesquisas para melhorar as condições de vida do homem no planeta se, vez por outra, algum "cientista" esforce-se por descobrir como destruí-la com napalms ou bombas atômicas.

O cientista e o místico estão muito mais próximos do que alguns imaginam. Têm buscas semelhantes. Querem, no âmago, a convivência harmônica entre os homens e entre estes e a natureza. Se o cientista luta por derrubar barreiras em seu esforço por desvendar a natureza, o místico quer descobrir o oculto, abrindo caminhos para um conhecimento mais profundo do homem.

O iluminismo, apesar do nome, ainda não foi capaz de tirar o homem da escuridão da ignorância e do atraso cultural, do negrume da miséria e da fome. O misticismo está ressurgindo, revigorado, mas pelo vazio que a racionalidade deixou, por não ser capaz de dar respostas satisfatórias, ou não ser capaz de dar quaisquer respostas, a uma série de indagações do homem.

O misticismo é uma linguagem para tratar do inconsciente, como dizia o psicólogo suíço Carl Gustav Jung. Os métodos divinatórios ou oraculares são mapeamentos do inconsciente. Jung escreveu um trabalho chamado Sincronicidade: um princípio de conexão acasual onde analisa o elo existente entre dois eventos encadeados devido ao seu significado, um elo que não pode ser explicado por meio de causa e efeito.

Nossa ciência, entretanto, é baseada no princípio da causalidade. Todavia esta verdade axiomática está sendo abalada. E não são os místicos ou esotéricos que as estão derrubando, mas os próprios cientistas. Os físicos modernos, em seus estudos de física quântica, já reconhecem que quando estão medindo atributos de um átomo, estas medições são "influenciadas" pelo próprio observador e por toda uma gama de eventos distantes, que estão ocorrendo em outros locais do laboratório, em outras cidades, em outros países e, possivelmente, em outras galáxias. A física quântica estilhaçou o determinismo mecanicista de Newton. Os físicos já sabem que o mundo não é um mecanismo de relojoaria, mas ainda não sabem, em verdade, o que o mundo é.

Sérgio Weigert, citando Karel Kosik, pretendeu criticar o misticismo dizendo que este é a "impaciência do homem em conhecer a verdade". Ainda bem! Pois é a inquietude do homem na busca da verdade que faz o mundo avançar. Não podemos colocar antolhos e ficar imaginando que o "científico", o "racional", será capaz de, sozinho, desvendar os mistérios do universo. É preciso termos uma visão holística, cuja plenitude requer que não descartemos qualquer evidência, mesmo quando possa parecer que está contra todas as teorias, ou quando sequer somos capazes de dar-lhe uma explicação imediata.